

## **Chernobyl e a Suspensão do Fio do Tempo. Notas sobre Imprensa, Espetáculo e Risco Global<sup>1</sup>**

Alice Melo<sup>2</sup>,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

### **Resumo**

A partir da análise da cobertura realizada pelo Jornal do Brasil do acidente nuclear de Chernobyl (1986), discutiremos a transformação na sensação da passagem do tempo nos anos 1980. Nosso eixo teórico inclui discussões sobre paradigmas da modernidade nas Ciências Sociais, e considera a Comunicação como campo para se pensar cultura, política e sociabilidade. Relacionamos os conceitos de risco global (Beck, 2013), espírito do tempo (Habermas, 2005) e espetacularização das experiências de vida na cultura de sensações (Cabral, 2006); ao elaborar uma breve análise da semântica jornalística, que imprime o desejo de narrar o acontecido e o que acontecerá. O jornalismo reconfiguraria tipologias de temporalidade: o presente “transformado em instante e nomeado tempo real” e o “passado como acontecimento presente” (Barbosa, 2013). Realizaria prognósticos do futuro para comercializar afetos (Cabral, 2006).

### **Palavras-chave**

Jornalismo; temporalidade; sensações; risco; espetáculo.

### **1. O lado sombrio da modernidade.**

Na noite de 26 de abril de 1986... Rompeu-se o fio do tempo. O passado de súbito surgiu impotente, não havia nada nele em que pudéssemos nos apoiar; e no arquivo onipotente (assim acreditávamos) da humanidade, não se encontrou a chave que abria a porta. Mais de uma vez ouvi naqueles dias: “Não encontro palavras para descrever o que eu vi e vivi”. (Aleksiévitch, Svetlana. p. 41)

Ucrânia, 26 de abril de 1986. Uma nuvem radioativa encobriu a luz que pairava no horizonte da modernidade. O acidente nuclear na Central Elétrica Atômica de Chernobyl causou no curto prazo a morte de 31 pessoas, expôs cerca de dez milhões a alguma forma

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. meloalice1@gmail.com.

de radiação e se tornou um alerta para a sociedade construída sob a égide do progresso: a tecnologia tem um preço e a humanidade pode arcar com ele.

Naquela noite, uma explosão no reator 4 da usina nuclear desencadeou uma série de outras explosões de vapor que liberaram na atmosfera 70 toneladas de urânio e 900 de grafite. Apesar de ter ocorrido em uma pequena área rural do leste Europeu, foi sentido, à revelia das autoridades soviéticas, em outros países do continente. Ventos empurraram a nuvem radioativa para norte da Europa, tornando-a um problema internacional. O governo da Suécia comunicou a existência de radiação acima do permitido na Escandinávia; o que forçou o Conselho de Ministros soviético a divulgar uma nota reconhecendo o acidente na Central Elétrica, na noite do dia 28 de abril.

O que os relatos da época apontam é que a União Soviética também se esforçou para não revelar a dimensão do risco de contaminação para a população local e para os oficiais em serviço, enviados à área contaminada para atuar no controle da emissão de radiação e no processo de evacuação das aldeias.

Sem informação, os moradores mais velhos agiam conforme sua experiência do passado em ocasião semelhante - a vivência da guerra. Escondiam-se de bombas, enterravam seus pertences nos bosques, não aceitavam que os alimentos que cultivavam em seus quintais não estavam mais aptos para o consumo, conforme expôs de forma sensível Aleksiévitich (2016). Ao publicar trechos de entrevistas de pessoas que moravam nas zonas contaminadas, a escritora ucraniana deu voz aos dramas cotidianos de gente comum que, da noite para o dia, foi forçada a deixar suas casas e a lidar com a morte de tudo o que conheciam – parentes, amigos ou da terra que ocupavam e de que extraíam seu sustento durante gerações (Belarus, onde a escritora cresceu, teve 23% do território contaminado, perdeu metade da área de cultivo agrícola<sup>3</sup>). Aos que se recusaram a deixar suas casas, uma vida de sombras. Na cerimônia em que recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, em dezembro de 2015, ela lembrou que os velhos que ficaram para trás olhavam para o céu e diziam: “O

---

<sup>3</sup> Aleksiévitich (2016) trouxe os números da tragédia, dez anos depois, com base em relatórios científicos da época. O acidente nuclear de Tchernobyl lançou na atmosfera 50x10<sup>6</sup> Ci de rádio núcleos. Durante o acidente, 31 pessoas morreram, mas os efeitos letais de longo prazo (série de doenças como câncer, causadas pela exposição à radioatividade) não foram contabilizados. Só na Belarus, 2,1 milhões de pessoas foram afetadas pela radiação – os outros países afetados foram Rússia e Ucrânia.

sol está brilhando, não há fumaça, nem gás. Ninguém dispara. Por acaso isso é uma guerra? E ainda assim nos tornam refugiados.<sup>4</sup>” Adoeciam.

Chernobyl parece ter exposto o “lado sombrio da modernidade”, que, até então fora encoberto pela promessa de estabilidade, segurança e felicidade (advinda do compromisso com o trabalho e da garantia de direitos), promovida pelo Estado de Bem-Estar Social, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário das instituições modernas em crise, a radiação não conhece fronteiras, classe social, nacionalidade, etnia ou ideologia. É um mal invisível, incontrolável, imprevisível, que pode afetar a todos, independente da vontade política e econômica uma vez que é disseminado.

No campo da sociabilidade, Chernobyl catalisou aquilo que o sociólogo alemão Jurgen Habermas (2005) definiu como choque entre o pensamento histórico e o utópico, fenômeno que, segundo o autor, desencadeia uma transformação no “espírito do tempo”. Momento em que as coisas parecem fora do lugar e o futuro se estreita: não pode mais ser explicado e previsto a partir de experiências passadas. Uma contradição dentro da característica de reflexividade da modernidade, que envolve desde o alvorecer do século XIX o domínio da história para se fazer história (Giddens, 1991).

A escritora Aleksievitch percebeu que o “tempo da esperança foi substituído pelo tempo do medo” (2016, p.383), reflexão que nos diz muito sobre essa transformação na forma de sentir a passagem do tempo no contemporâneo. Uma condição que é também questão da Comunicação, enquanto ciência do comum (Cabral, 2014): quando pensamos a dimensão sensível do tempo, o que a duração significa para os sujeitos (como eles a percebem na carne no curso dos dias) em seus respectivos contextos culturais – como externalizam essa sensação – de forma narrativa ou não. O tempo sempre deixou suas marcas nos corpos, mas a forma como é sentido e pensado pelas diferentes sociedades, no âmbito do sujeito (corpo e espírito) se transforma. A sensação da passagem do tempo e a produção de sentidos por meio da narrativa jornalística é uma questão de comunicação, como veremos.

---

<sup>4</sup> Discurso proferido na cerimônia do Prêmio Nobel de Literatura, em dezembro de 2015, publicado em *Vozes de Tchernóbil* (2016, p.381).

## 2. Transformação no “espírito do tempo”

Nos anos 1980, a sociedade Ocidental experimentou transformações fundamentais em seu alicerce político, econômico e social, com a derrocada da União Soviética – que simbolizou o ponto final na espera de uma revolução socialista que embalava os sonhos de muitos teóricos das Ciências Sociais. O fim da potência socialista, a escalada de múltiplos fundamentalismos, o alerta de que o mundo caminha para a destruição completa da natureza (como consequência de um modelo de desenvolvimento industrial baseado no progresso) mudaram definitivamente a forma de sentir a passagem do tempo.

Entrava em crise um modelo no qual as ações do presente se voltavam para o futuro, para outro no qual os sujeitos do presente recorriam com mais frequência ao passado para apaziguar a ansiedade que se tornara símbolo da nova época (Koselleck, 2006). O autor explica que cada presente ressignifica tanto o passado como o futuro. Mais ainda: cada presente concebe também de uma nova maneira a relação entre futuro e passado, que se expandem ou encolhem, em uma relação assimétrica. A modernidade se caracterizou pela prevalência da expectativa de futuro (sinônimo de progresso) sobre as ações dos homens na terra. O tempo que se encaixou entre a Segunda Guerra e aquilo que assumiria contornos líquidos, no pós-1989, foi marcado pela sobreposição da remanescência da lógica do progresso - força das instituições tradicionais - e seu total colapso, que se mostraria como prevalência do sentido de presente.

Não à toa, a teoria social se debruçou especialmente sobre as questões da passagem do tempo nessa época, levantando hipóteses sobre o sentido da vida e o rumo da humanidade, uma vez que a utopia (os sonhos com que devemos sonhar no presente) da sociedade do trabalho estava em crise (Habermas, 2005). Giddens (1991) identificou que o Ocidente entrava em uma fase mais profunda da modernidade, em que se experimentava de forma mais radical as consequências deste modelo de desenvolvimento. Uma radicalização do capitalismo, intensificação do desencaixe das categorias de espaço e tempo, que dinamizaram a modernidade. A globalização derrubou as fronteiras do Estado Nação e,

cada vez mais, instaurou o controle por meio do aprisionamento virtual (Deleuze, 2013<sup>5</sup>), independente do confinamento dos corpos em um espaço sob vigilância constante.

A ameaça nuclear e a realidade do conflito militar na periferia do capitalismo (bem como hoje, o terrorismo e a guerra ao terror) caracterizariam o que Giddens chamou de “o lado sombrio da modernidade”. Lado esse que transbordou com a radiação de Chernobyl. A partir dali, havia sinais que consequências negativas da modernidade não afetariam exclusivamente os pobres (ainda que os afetem em maior escala); elas podem impactar também a segurança, a confiança e os direitos daqueles que lucram com o progresso e que acreditavam estar protegidos pelo Estado de Bem-Estar – isso é o que anuncia de forma alarmista, a nossa imprensa.

Ao tentar dar sentido, na teoria social, a esta nova percepção do tempo e suas implicações políticas, o sociólogo alemão Ulrich Beck (2013) sugeriu que um dos principais fatores de mudança na sociedade ocidental dos anos 1980 era que o risco tornava-se global. O autor diagnosticou que o presente das sociedades contemporâneas é marcado pela insegurança, incerteza, medo e perigo. E que o imaginário do futuro já não representava o avanço da humanidade, o progresso, igualdade e fraternidade (como sonhava o Estado de Bem Estar Social até então), mas sim a possibilidade da morte não só de si, mas do grupo social – por meio do esgotamento das fontes naturais que garantem a vida humana na terra e pela possibilidade de uma guerra nuclear.

Na sociedade contemporânea, a generalização do medo e do risco pela ciência da probabilidade ecoada no espetáculo intensifica a segregação do espaço urbano e, como causa e consequência, há o aumento da violência e o aprofundamento das desigualdades sociais.

### **3. A espetacularização do risco**

As mudanças no espírito do tempo podem ser percebidas de forma mais palpável a partir de um olhar sobre os fluxos de comunicação na cena pública, que, segundo Habermas (2005), determinam a figura da cultura política e da hegemonia cultural. Na segunda metade

---

<sup>5</sup> Gilles Deleuze escreveu extensamente sobre a sociedade do controle e a forma como a expansão do capitalismo gerou um novo modelo de aprisionamento, que não depende do confinamento em um espaço para ser eficaz. A lógica mercadológica passa a reger a sociedade em todas as suas instâncias, principalmente nas instituições do Estado (2013). O fracasso e o sucesso são individualizados, o controle é internalizado e se exerce principalmente no mundo virtual.

do século XX, os meios de comunicação assumiram papel fundamental na definição de futuros possíveis a um presente que se alarga.

Em *História da comunicação no Brasil*, Marialva Barbosa (2013) explica que toda “ação humana no presente” pressupõe uma inter-relação entre as múltiplas temporalidades. O jornalismo, caracterizado por ser um instrumento de marcação temporal, ao ser engrenado pelos meios de comunicação de massa no século XX, reconfigurara duas tipologias de temporalidade. A do presente “transformado em instante e nomeado tempo real” e a do “passado como acontecimento presente”, durante a celebração de efemérides. Entendendo a comunicação como um processo que ocorre em diálogo com seu tempo, percebemos as narrativas que transmitem mensagens ao público de massa também exprimem sua experiência do contemporâneo.

Dessa forma, a comunicação de massa se tornou uma das principais redes de poder do capitalismo, sendo o braço (cultural) por onde o sistema político e econômico assegura seu domínio sobre os indivíduos – porque, como veremos adiante, comercializa afetos e sensações (Cabral, 2006). Vende sonhos, estilos de vida, desejos, algo que extrapola os limites do Estado e força a política econômica a agir em benefício do capital. Justamente por isso, a área de estudos da comunicação se torna espaço privilegiado para pensar as questões do contemporâneo. Percebendo que a comunicação, como lugar do comum, permite a troca, a transculturalidade, a interdisciplinaridade, que contribui para pensarmos cultura, política e sociedade.

Muniz Sodré de Araújo Cabral observa (Cabral, 2014) que uma das críticas à Comunicação enquanto ciência é de que ela carece de método próprio: sempre se apresentou como uma linguagem ponte entre as disciplinas diversas. Em vez de rechaçar essa característica multidisciplinar, seria necessário abraçá-la. Para Sodré, a linguagem científica da comunicação se estabelece entre as fronteiras dos saberes: é um olhar que se joga sobre o objeto, um olhar de cima, que aplica no real o conhecimento de outras áreas com uma finalidade.

A modernidade nos mostrou o verdadeiro desencaixe entre as categorias de tempo e espaço (Giddens, 1991) – e a indústria do espetáculo aparece como um elo de ligação, de significação e agenciamento de sentidos e desejos. Nesse contexto, como diz Cabral, os saberes são feitos para circular.

A Sociologia, Antropologia e a História, que tentam assegurar seu lugar de verdade na produção de conhecimento desde o século XIX com a elaboração de métodos rígidos de pesquisa e produção científica, passam a partir da segunda metade do XX a romper algumas fronteiras de seus campos de saber, uma vez que a crise nas instituições modernas abalou também as certezas das ciências humanas (Barbosa, 2016). Os estudos da comunicação se expandem no Brasil justamente em um momento de predominância do espetáculo como motor das relações sociais, políticas e econômicas; é *locus* fundamental para se compreender o contemporâneo.

Nos anos 1980, portanto, passamos a viver uma reconfiguração do político e do social, catalisada pelas tecnologias de comunicação que proporcionam a transformação do público em mercado consumidor (Martin-Barbero, 2005). Além disso, as mídias, cada vez mais reais, produzem sentidos, comercializam afetos, criam novos vínculos e identidades sociais.

O fortalecimento do espetáculo<sup>6</sup> nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que enfraqueceu, reconstituiu o político, como percebeu Muniz Sodré. Em *Estratégias Sensíveis* (2006), o autor observou o fenômeno da espetacularização da política no Brasil e apontou que vivemos em meio à cultura de sensações potencializada e retroalimentada pela mídia. O espetáculo se consolidou onde o Estado faltou, no processo de reconfiguração das instituições modernas; sendo resultado de uma sobredeterminação histórica da imagem no contemporâneo: “A espetacularização é, na prática, a vida transformada em sensação ou entretenimento, com uma economia poderosa voltada para a produção e consumo de filmes, programas televisivos, música popular, etc.” (Cabral, 2006, p.102).

Nesse sentido, os meios de comunicação e seus produtos se reconfiguram com novas maneiras de interpretar o social. Esse pensamento é fundamental para o objetivo deste trabalho – de refletir sobre as transformações no espírito do tempo, compreendendo o mundo em transformação nos anos 1980, que despontava para uma sociedade de risco global. A comunicação de massa, em especial o jornalismo, se mostra fundamental no

---

<sup>6</sup> O conceito de espetáculo, muito utilizado nos estudos da Comunicação, foi criado e popularizado pelo filósofo francês Guy Debord, cuja primeira obra *Sociedade do Espetáculo* foi publicada pela primeira vez em 1967. Nela, Debord desenvolve que a vida nas sociedades modernas são verdadeiras “acumulação de espetáculos”, onde, na predominância da imagem, o que era “diretamente vivido” é substituído pela representação. O espetáculo, para ele, é “a relação social entre as pessoas, mediada por imagens”.



cultivo do risco, já que é por meio do espetáculo (e do domínio sobre a informação especializada) que ele se torna real (presente).

Ulrich Beck (2013) nos mostrou que a sociedade do risco global é também sociedade da ciência, da mídia e da informação, uma vez que o conhecimento do risco é estratégico para a política. Os meios de comunicação de massa estão na ponta de um sistema que forja o conhecimento (ciência e pesquisa) ao disseminá-lo (da maneira que os convém). A mídia (principalmente a jornalística) alça o risco à categoria do real e o impõe através de estratégias discursivas de convencimento, naturais ao espetáculo – na mesma medida em que é capaz de transformar um fato ordinário em acontecimento e possivelmente influenciar na escrita posterior da História. Sem a ciência da probabilidade, a comunicação e sua capacidade de atuar no político, o risco não existe. Beck demonstrou em *Sociedade de Risco* que o perigo e a insegurança não fizeram parte do cotidiano de sociedades pré-modernas: o risco é um conceito tipicamente moderno, que pressupõe decisões do homem e um futuro construído por ele. Para o autor, a antecipação simbólica do risco (as mais diferentes catástrofes, sejam elas ambientais ou econômicas) gera uma pressão para agir no presente – força que pode se tornar política e transformar o mundo.

Os meios de comunicação de massa, ao controlarem a divulgação do conhecimento científico nesse contexto, projetam futuros (ao elegerem as soluções necessárias aos problemas da modernidade) e reescrevem o passado. Esse fenômeno não é novo – ao longo do século XX, estes veículos se firmaram na disputa por significação do passado, presente e futuro através da criação e manipulação dos acontecimentos. Agenciam de forma consciente a informação, principalmente por meio de imagens e se constituem quase como a própria realidade. O que muda nessa dinâmica é a interação com o próprio espírito do tempo.

Na histeria de construírem o presente – esse imediatismo que marca o tempo jornalístico da notícia – antecipam os riscos e os tornam reais. O que observamos é que, a partir dos anos 1960, cada vez mais os prognósticos do futuro deslizam do sonho para o pesadelo.

#### **4. Escrita do acontecimento**



Ao olharmos para a nossa imprensa e a forma que o jornalismo (que também é uma típica instituição moderna) adquiriu na sociedade, podemos perceber melhor estes fatores. O sociólogo argentino Eliseo Verón, por exemplo, se empenhou em entender como é construído o acontecimento na sociedade do espetáculo; e realizou um estudo de caso sobre a cobertura do acidente nuclear na usina norte-americana de Three Mile Island, em 1979, na imprensa francesa. Verón (2002) esmiuçou o caminho percorrido entre o fato e o acontecimento, levando em consideração as consequências sociais (objetivas e subjetivas) desse processo. Mostrou que o vazamento na usina nuclear de Three Mile Island causou pânico generalizado inclusive em outros países. O que Verón mostra é o que está entre o evento (o problema em si) e o acontecimento midiático, levando em consideração seus efeitos imediatos: objetivos (a evacuação de 140 mil pessoas de uma cidade próxima à usina) e subjetivos (o medo generalizado de uma possível hecatombe nuclear).

Neste momento, percebe-se um fenômeno que permeia esses discursos proferidos por jornalistas em diversas mídias: a antecipação de acontecimentos futuros na escrita da notícia. A tendência também ocorreu no Brasil. Analisando algumas formas de ressignificação do passado no *Jornal do Brasil* nos anos 1960, percebemos que o periódico em sintonia com seu tempo cobriu em grande escala o vazamento, reproduzindo este estado de espírito notado por Verón na imprensa francesa. O JB articulou um discurso profético, quando era conveniente, um tom que vemos se repetir inúmeras vezes depois e que ainda é comum nos dias de hoje. É muito importante notarmos a semântica da notícia – e a utilização de verbos e expressões que supõem o jornalismo como lugar capaz de prever o futuro – e que futuro é esse que é previsto por ele.

“Usina nuclear está à beira de catástrofe”, anunciou a manchete em 31 de março de 1979. “Se ocorrer um derretimento (a pior catástrofe numa usina nuclear) – e ele pode ocorrer a qualquer momento – até 1 milhão de pessoas terão de ser retiradas da região”. O primeiro ponto que quero destacar é a utilização dos verbos no futuro (terão) ou expressões que denotam a espera por um tempo que ainda não passou (se ocorrer; pode ocorrer a qualquer momento; à beira). O segundo, a insistência em propagar a probabilidade do risco, pelo uso da palavra “catástrofe” e similares. Tentaremos transpor essas observações ao caso de Chernobyl, devido à importância deste caso para a “ruptura no fio do tempo”, como já mencionamos.

Dez anos depois, o tom profético na escrita da notícia, sugerindo que o tempo do jornalismo não é mais o do acontecido, mas o do que está acontecendo e o que pode acontecer (acontecerá), permanece. Na medida em que os meios de comunicação se firmaram no centro da construção do acontecimento, há este esforço pela afirmação do tempo contínuo, mostrando que o jornalismo, em compasso com sua época, também estava em transformação. Marialva Barbosa (2013) indica que nesse contexto de aceleração da história e transmissão das notícias em tempo real, os jornalistas precisaram reconfigurar a existência em uma nova dimensão temporal. É preciso narrar o evento durante sua transformação em acontecimento e, dessa maneira, transformam sua profissão em “consagradora do tempo do mundo e do technoconsumo” (p.361).

## **5. Medo do invisível**

Na manhã do dia 29 de abril de 1986, a imprensa internacional repercutiu o acidente nuclear na União Soviética com alarme, veiculando informações baseadas no material divulgado pelas agências e pelas instituições de pesquisa europeias. No Brasil, os principais veículos de comunicação traziam também notícias redigidas por seus correspondentes na Europa – a entrada na Ucrânia fora proibida pelo governo soviético. Naquele dia, estas mídias apresentaram também retrospectos e diagramas com acidentes similares em outros momentos da história, além de conversas com especialistas em energia atômica.

No que diz respeito à semântica do acontecimento, a distância dos correspondentes do local do acidente (e os esforços do governo soviético em controlar a informação) impedia uma cobertura em tempo real, mas ainda assim podemos observar essa tendência de antecipação de acontecimentos por meio de técnicas narrativas. A manchete principal do jornal do dia 30 de abril anunciava: “Soviéticos apelam ao Ocidente para conter desastre nuclear”. No texto, destaca-se uma passagem que diz respeito à ação a ciência da probabilidade e a antecipação do futuro em um contexto de histeria coletiva a respeito das consequências da radiação e os rumos que a nuvem radioativa poderia tomar: “Especialistas preveem que a nuvem deverá atingir os Estados Unidos dentro de uma semana. Nos próximos dez anos, os moradores da região poderão sofrer de câncer de pulmão.”

Na mesma edição, a reportagem “Rota da nuvem é incerta” (p.16) afirmava que meteorologistas dos países europeus corriam para tecer suas previsões para calcular para onde sopraria o vento com radiação. Na Dinamarca, por exemplo, a população fora às

farmácias para adquirir comprimidos de iodo, que pudessem reduzir os riscos da contaminação por radiação, ainda que o governo tivesse dito que os níveis não eram considerados perigosos à saúde humana. Logo abaixo, o artigo “Câncer pode matar 10 mil” previa que esse número de pessoas a um raio de 500 km da usina poderiam morrer em dez anos. Em quem confiar?

O editorial “Desafio Dramático”, publicado no dia 1o de maio (p.10), traduz o que percebemos a respeito da espetacularização do risco por meio da comercialização de sensações; e a insistência da defesa de um modelo de desenvolvimento em crise por parte da imprensa brasileira por meio daquilo que Beck (2013) chamou de “naturalização das relações de desigualdade e poder”, ou banalização da vulnerabilidade social. Que se apresenta quando um crime ou uma ação destrutiva decorrente da decisão de grupos políticos e econômicos é abordada como um acidente (fatalidade, desastre ou tragédia) e não como consequência de ações anteriores, inserida na história. Como se tais acontecimentos escapassem do controle do homem, assim como as vidas aniquiladas por eles.

O editorial afirma que “passado o choque do acidente, é preciso refletir em profundidade sobre o assunto”. E argumenta que a energia atômica é importante para algumas sociedades e, por isso, seria precipitado defender o fim das usinas, como vinha sendo clamado por alguns movimentos ecológicos. E arrisca: “Acidentes são a regra do jogo em qualquer atividade humana; e a convivência do homem com o átomo, que já tem quatro décadas, não foi improdutiva nem especialmente destrutiva. Viu-se, em vez disso, a energia nuclear assumir um papel fundamental no desenvolvimento tecnológico, e transformar-se, em alguns países, em fonte essencial de suprimento energético.” Ou seja: o risco inerente à energia nuclear ainda pode ser aceitável.

Outro ponto importante que está presente na tese do risco global de Beck (2013) é de que existe uma relação estreita entre informação, risco e desigualdade social, uma ideia que é cara a este trabalho, na medida em que se relaciona de forma direta com a comercialização da informação especializada.

As desigualdades sociais inerentes ao capitalismo estão presentes na potência do risco: populações mais pobres tendem a ser as mais atingidas pelas consequências deste modelo de desenvolvimento. Mas o que o autor chama atenção é que quem lucra com o

progresso também pode ser afetado por ele. Os problemas ambientais, além de locais, tornam-se globais. Apesar de alguns problemas ambientais serem consequência de um modelo histórico de desenvolvimento predatório elas aparecem (tanto no discurso científico, quanto no político e no midiático) como fenômenos naturais na cena pública e, com isso, naturaliza-se (ou banaliza-se) ainda mais as relações de desigualdade e poder.

A semântica jornalística nos dá pistas desse fenômeno. Nas coberturas de problemas decorrentes da industrialização, observamos a insistência dos meios de comunicação de massa (e dos cientistas que dominam o cálculo da probabilidade do risco) em chamá-los de tragédia, acidente ou desastre. Quase não aparece a palavra “crime” atrelada a casos ambientais no vocabulário jornalístico (pelo menos no cenário brasileiro). Isso mesmo depois da criação de leis que preveem a punição para ações que afetam o meio ambiente e a vida da população. Ao denominá-los de tragédia ou desastre, os eventos parecem ser desistoricizados, aparecem soltos numa linha do tempo desprovida de causa e consequência, são naturalizados e, com isso, seus responsáveis absolvidos de suas responsabilidades.

No final dos anos 1970, por exemplo, a cidade de Cubatão, no litoral paulista, foi diagnosticada pela ONU como a mais poluída do mundo: nos anos 1950, dezenas de indústrias químicas multinacionais, principalmente de produção de agrotóxicos, instalaram-se no “Vale da Morte”, como a Adubos Trevos; União Fertilizantes IAP; Ultrafertil; Petroquisa; Cosipa; além de uma refinaria da Petrobras, cujos dutos cortavam as comunidades onde viviam os trabalhadores e suas famílias. Não à toa, Cubatão (que era “Área de Segurança Nacional”) apresentava o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, fator que encobria os males gerados pela liberação sem filtros de todo tipo de dejetos no meio ambiente.

Nessa época, a imprensa brasileira<sup>7</sup>, trouxe à tona relatórios médicos desenvolvidos na Universidade de São Paulo que tentavam relacionar a disseminação de algumas doenças com os altos níveis de poluição. A reportagem “Poluição em Vila Parisi Gera Monstros” (JB, 08-02-1981, p.16) anuncia de maneira alarmista que 8% das crianças nascidas naquele ano apresentavam acefalia (a média mundial para o caso era de 2%), além de deficiências físicas. Em resposta à imprensa (que passou a cobrir a poluição em Cubatão com mais

---

<sup>7</sup> Realizei uma pesquisa no Jornal do Brasil, jornal O Globo, Folha de S. Paulo e encontrei algumas reportagens veiculadas na TV Globo sobre o assunto. Mas, pela limitação de espaço e da relevância do exemplo neste artigo, me limitarei a algumas matérias publicadas no Jornal do Brasil.

frequência), ao longo de dois anos o governo Federal, junto com as instâncias municipal e estadual anunciavam a realocação das famílias que viviam em Vila Parisi – a comunidade mais pobre e mais afetada pela poluição. Mas nunca se inclinavam para uma transformação na forma como as indústrias tratavam seus dejetos. Ainda assim, a realocação das famílias não ocorreu.

Até que em 25 de fevereiro de 1984, uma explosão decorrente de um vazamento de gasolina para exportação em um dos dutos da Petrobras destruiu 1.200 barracos de palafita onde moravam 8 mil pessoas na Vila Socó, deixando 89 mortos – em números oficiais<sup>8</sup>. A imprensa acompanhou de perto o rescaldo e a dimensão do incêndio, publicando também “os lances da *tragédia* desde a descoberta do vazamento” (JB, 25-02-1984, p. 14). No dia 27, o jornal trouxe na capa, novamente, o termo: “Tragédia de Cubatão já registrou 82 mortos”, informando também que as investigações policiais já haviam começado. Mas a Justiça condenou ninguém.

Após o crime, algumas medidas foram tomadas e Cubatão se tornou exemplo da recuperação ambiental nacional: os efeitos da poluição, apesar de terem tirado a vida daquelas pessoas envolvidas no acidente, também começaram a ser sentidos em São Paulo. Pelo ar, a poluição de Cubatão chegara à capital paulista, catalisando transformação na legislação – mostrando que o risco do modelo de progresso neste nível de tecnologia já não era mais local - claro, levando em consideração que os mais afetados, que pagaram com sua vida, foram pobres, moradores de áreas desassistidas. Mas o que observamos é a expansão do risco a partir dos meios de comunicação em seu agenciamento de sensações. Ao mesmo tempo em que enquadram, subjagam populações oprimidas, protegem os atores políticos e econômicos responsáveis pela tomada de decisões. Além disso, parecem buscar uma cultura do medo, prezando pela insegurança generalizada, oferecendo-se como ponto de segurança na esfera pública.

Chernobyl reiterou teria rompido de vez com as promessas de bem-estar, bem como suas certezas. Inaugurou-se um mundo similar, mas profundamente diferente da modernidade, onde as instituições tradicionais se reordenaram, gerando uma inquietação social sentida tanto no âmbito individual quanto no coletivo. O risco, que sempre foi hierárquico (e assim o percebemos ao citarmos o caso de Cubatão), começa a se mostrar um

---

<sup>8</sup> Na época, a imprensa internacional, conforme reproduziu Beck (2013, p.52), falava em mais de 500 mortos.

pouco democrático quando espetacularizado – fica a impressão de que pode vir para todos. E que ninguém está a salvo.

## Referências

- BARBOSA, Marialva. A narrativa, a experiência e o acontecimento fundador de novos regimes de visibilidade da TV brasileira. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, n.17, 2004: pp.153-172.
- \_\_\_\_\_. A pluralidade de modelos interpretativos nas Ciências Humanas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, M.I.V. & MOURA, C.P. (org.) **Pesquisa em Comunicação – Metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco – rumo a uma outra modernidade**. Editora 34, 2013.
- CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. **Estratégias sensíveis**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A Ciência do Comum – notas para o método comunicacional**. Vozes: Petrópolis, 2014.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Coletivo Periferia: 2003. (e-book).
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- HABERMAS, J. **A crise do Estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas**. In: Diagnóstico do tempo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- HARDT, M. NEGRI, A. **Multidão – Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade – presentismo e experiências de tempo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna RJ, 2000.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, J. História e Memória. Edições 70: Lisboa, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- SENNETT, Richard. **O carne e a pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa, 2002.

## Fontes documentais:

- hemerotecadigital.bn.br  
<http://acervo.folha.uol.com.br>  
memoriaglobo.globo.com  
<https://www.iaea.org/newscenter/focus/chernobyl>